



**RTEP** REVISTA ISSN: 2316-1493  
**TURISMO**  
ESTUDOS & PRÁTICAS

**RELATO DE EXPERIÊNCIA: A ROTA CAIÇARA DE  
CICLOTURISMO NO LITORAL DO PARANÁ**

*EXPERIENCE REPORT: THE CAIÇARA CYCLE TOURING ROUTE ON THE COAST OF  
PARANÁ*

José Pedro Da Ros<sup>1</sup>  
José Carlos Assunção Belotto<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente relato traz, desde sua concepção e percurso metodológico, uma proposta de produto turístico proposto por uma Universidade Pública, a Universidade Federal do Paraná, via extensão universitária e seu desejado vínculo com a pesquisa e o ensino. Um circuito que vincula o cicloturismo com o turismo de base comunitária em 18 comunidades e as possibilidades de conexão entre as diversas unidades de conservação da natureza, no centro do maior continuum de Mata Atlântica do mundo, ao longo dos sete municípios do litoral do estado do Paraná. Toma forma sob a seguinte perspectiva: elaborada de forma coletiva, tendo a universidade como mediadora; valorização da cultura e do sentimento de pertencimento; fomento a ciclomobilidade; auxílio para dessazonalizar o turismo local; contribuir na promoção de IDH, com alternativa para emprego e renda; instrumentalizações com aderência aos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável; embasada na Política Pública de Rede Nacional de Trilhas de Longo Curso e Conectividade. **Palavras-chave:** Cicloturismo, Turismo de Base Comunitária, Unidades de Conservação da Natureza. Mata Atlântica.

<sup>1</sup> ORCID 0000 - 0002 - 9169 - 5498. CV: <http://lattes.cnpq.br/3232290882959642>. Bacharel em Turismo, Especialista em Ecoturismo, Mestre em Mídia e Conhecimento, Doutor em Desenvolvimento Turístico Sustentável, Professor Adjunto do Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo na UFPR Litoral, Coordenador do Projeto de Extensão Rota Caiçara de Cicloturismo.

<sup>2</sup> ORCID: 0000-0002-4922-6735. <http://lattes.cnpq.br/1921430613676322>. Graduado em Marketing, Mestre em Desenvolvimento Territorial Sustentável, Doutorando em Sustentabilidade Ambiental Urbana, Coordenador do Programa de Extensão Ciclovida da UFPR.



**ABSTRACT:** This report presents, from its conception, a proposal for a tourism product proposed by a Public University, the Federal University of Paraná, via university extension and its desired link with research and teaching. A circuit that links cycle tourism with community-based tourism in 18 communities and the possibilities of connection between the various nature conservation units, in the center of the largest Atlantic Forest continuum in the world, along the seven coastal municipalities of the state of Paraná. It was built from the following perspective: elaborated collectively, with the university as mediator; appreciation of culture and the feeling of belonging; promoting cyclomobility; giving assistance to deseasonalize local tourism; contributing to promote the HDI, as an alternative for employment and income; instrumentation in compliance with the Sustainable Development Goals; based on the Public Policy of the National Network of Long-distance Trails and Connectivity. **Keywords:** Cycle tourism, Community-Based Tourism, Nature Conservation Units. Atlantic Forest.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

Na contemporaneidade se constata uma crescente valorização pelo desenvolvimento de alternativas turísticas que gerem mais sustentabilidade, premissa de qualquer iniciativa turística comprometida com as problemáticas atuais. Não obstante se observa, principalmente no período pós pandêmico, um acréscimo de iniciativas ofertadas como possibilidades para outras práticas que se contrapõe ao, considerado aqui como espoliativo de cultura e meio ambiente locais, o turismo de massa. Com características que o definem como “de exploração predatória dos recursos humanos e patrimoniais de uma região de destino” (Beni, 2004). Muito presentes nas temporadas de verão do litoral do estado do Paraná e do País como um todo, realizado sem acompanhamento necessário e com vistas focadas exclusivamente no crescimento econômico a qualquer custo, características da atualidade no antropoceno. Neste sentido e de partida, torna-se significativo frisar que o turismo é visto aqui como muito negativo em diversas iniciativas observadas ao longo dos anos nessas áreas, mas por outro lado, é das poucas alternativas possíveis de obtenção de mais sustentabilidade, se bem planejado e gerenciado, dados os mandos da sociedade do consumo, da obsolescência programada, do foco na ganância e acumulação que encaminham a humanidade para o colapso em que se pode observar hoje em dia.

Diversos Países vêm adotando políticas públicas de incremento ao cicloturismo com foco na obtenção de mais sustentabilidade, figura como alternativa atual em políticas públicas de boa parte das nações mais desenvolvidas, resultados positivos e promissores se apresentam ao redor do planeta, como verificável na Europa com a disseminação da Eurovelo, um roteiro de cicloturismo por grande parte do continente. A capital francesa sede das olimpíadas desse ano, a exemplo das vizinhas Holanda e Alemanha, realizou significativos investimentos nessa área, desde 2015, foram mais de € 250 milhões em expansão e melhoria da rede de ciclovias, o que resultou em um aumento significativo no número de ciclistas, aumento de 47% dos usuários de bicicleta na cidade, e uma redução notável na emissão de gases poluentes, pois investimentos feitos por políticas públicas em turismo e lazer sempre são, também, para a sociedade como um todo. Em 2019, a Federação Europeia de Ciclismo (ECF, 2024) divulgou o relatório “Benefícios do ciclismo: descobrindo o potencial para a Europa”, no qual destacou os 44 bilhões de euros por ano que o cicloturismo movimenta na União Europeia.



Adriana Marmo, no site da Aliança Bike (2024), compilou diversas iniciativas em um post denominado “cicloturismo, um negócio cheio de oportunidades”, onde apresenta expressivos dados do cicloturismo nacional. Em parceria a Aliança Bike, Sacis/Eco-Counter, Rede Trilhas e Instituto Planett | Observatório do Cicloturismo, realizaram contagens de ciclistas, nos destinos: Circuito do Vale Europeu (SC), Floresta Nacional de Brasília (DF), Caminho de Cora Coralina (GO), Rota do Ferro (MG), Volta das Transições (MG) e no Caminho da Fé (SP/MG). Neste último, considerado a “Santiago de Compostela” nacional, por conta da peregrinação à Nossa senhora de Aparecida, verificou-se nesse ano de 2024, um crescimento de 31,2%. Foram 4.567 ciclistas frente aos 3.480 contabilizados no mesmo período no ano passado.

Nakamori, Belotto e Oliveira (2016) em investigação sobre diretrizes para elaboração de política pública de ciclomobilidade, ressaltam que a bicicleta foi modelo de mobilidade urbana para mitigar efeitos colaterais de outros modais no mundo inteiro. Afirmam que nos países desenvolvidos, principalmente nos nórdicos, a preocupação em reverter a situação da mobilidade urbana estabelecida com foco no uso do automóvel iniciou-se na década de 1960, no Brasil, apenas no ano 2000. Hoje eles têm na bicicleta uma das principais ferramentas para auxiliar no planejamento e mobilidade urbanos.

Com a sede dos Jogos Olímpicos de 2024, uma Paris ciclável foi construída. No que se refere a mobilidade urbana, os visitantes puderam acessar todas as competições por meio de ciclovias, além de incentivar o uso de bicicletas elétricas, com mais de 2.000 unidades disponíveis. A prefeitura da cidade quis se tornar a cidade amiga dos ciclistas, desde 2015, investiram mais de € 250 milhões em expansão e melhoria da rede de ciclovias, o que resultou em um aumento significativo no número de ciclistas e uma redução notável na emissão de gases poluentes, segundo matéria publicada pela redação do Oantagonista (2024), sobre o uso de bicicletas em Paris que ultrapassa o uso de carros e se tornou líder em mobilidade sustentável.

Outro caso internacional de sucesso, apresentado por Saldanha (2019) pode ser verificado no Canadá na Rota Verde (Route Verte), que gerou bilhões gastos com ciclismo no estado de Quebec em 2015. Também se observou (VELO QUEBEC, 2015) que a quantidade de pessoas utilizando bicicletas cresceu para 1,9 milhões em 2015. Além disso, confirmando a máxima que diz: “destino é bom para o visitante se antes é bom para quem nele vive”, onde seguindo a lógica essas questões sociais têm aderência direta com o desenvolvimento do turismo. Dessa forma Saneamento básico, segurança, entre outras como, obviamente, infraestrutura para mobilidade, são questões imprescindíveis de serem sanadas no desenvolvimento do turismo. Corroborando com a máxima, DuBois (2017) afirma que a Rota Verde, no Canadá, se tornou uma ferramenta estruturante para a mobilidade cotidiana nas cidades pequenas por conectar diversos setores de atividades, bens e serviços, aos poucos deixou de ter apenas a proposta de motivações de turismo, lazer e atividade física, para também abranger, cada vez mais, a mobilidade para todos os cidadãos.

ISNART – Instituto Nacional de Investigação Turística e Legambiente (2024), apresentaram o documento “Viajando com a bicicleta 2024 – 4º Relatório sobre Cicloturismo”, na Feira de Cicloturismo de Bolonha (Itália), que visa aumentar o valor social, cultural, ambiental e econômico do cicloturismo no país, a partir da tradicional amostragem realizada a nível nacional no âmbito do Observatório da Economia do Turismo das Câmaras de Comércio, com um “núcleo amostragem” ainda: mais de 2 mil entrevistas com cicloturistas, italianos e estrangeiros, ao longo de 8 ciclovias do país. Este relatório contabilizou 56,8 milhões de ciclovagens em 2023, que movimentaram mais de 5,5 bilhões de euros só na Itália.



O Plano Nacional de Turismo (PNT 2018-2022) já destacava a importância de se gerar experiências surpreendentes aos turistas e atribuir mais competitividade aos destinos, mencionando que os produtos turísticos devem ser cada vez mais atrativos, destacando-se não só pela qualidade de sua infraestrutura, seus equipamentos e serviços, mas principalmente por sua capacidade de inovação e criatividade. Neste sentido a proposta denominada Rota Caiçara de Cicloturismo (RCC), insere-se, com esse chamariz, caracterizada principalmente por ser uma atividade de turismo que tem como elemento principal a realização de percursos com o uso de bicicleta, que pode envolver pernoite, MTur (2010). Já os percursos são entendidos como aqueles trajetos percorridos “do início da atividade turística até o seu término” (ABNT NBR 15509:2017) e dialogam diretamente com a política pública para o desenvolvimento do turismo nacional. Já o plano recém-publicado Plano Nacional de Turismo (PNT) 2024-2027, do Ministério do Turismo, que está alinhado ao Plano Plurianual 2024-2027, traz os dizeres “O turismo como protagonista do desenvolvimento sustentável e inclusivo” em seu subtítulo, se baseia na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), e teve elaboração colegiada com participação ativa do recomposto CNT (Conselho Nacional de Turismo). Reflete tendências atuais e previsões para a atividade turística. Considerando mecanismos de gestão inteligente, dados, estudos confiáveis, além de boas práticas em turismo no mundo, evidencia como tendências que dialogam diretamente com a presente proposta da RCC, por exemplo: “turismo regenerativo”, com impactos positivos das práticas turísticas; “experiências gastronômicas como motivação principal da viagem”, com pratos reconhecidos da Cultura Caiçara, como o barreado; “foco em experiências refrescantes” em um ambiente insular cheio de cachoeiras, rios e mar; “viagens de trem”, com a descida de acesso a RCC vindo de Curitiba de trem histórico descendo pela Serra da Graciosa; “roteiros flexíveis”, para quem está de bicicleta e barco, caiaque, ônibus e demais multimodalidades; “viagens durante a baixa estação”, tendência que vai de encontro com a proposta de auxílio para dessazonalizar o turismo de temporada de verão, que possui o litoral do Paraná. Além disso, esta região de clima mais ameno na baixa estação, figura como bem mais agradável de se pedalar e além de melhor para práticas de outras possibilidades de turismo ativo; “Astroturismo”, com diversas áreas sem interferência da luz elétrica, possíveis em alguns trechos da RCC, como na grade faixa de praia desabitada do Parque Nacional do Superaguí; Afroturismo, nas comunidades presentes na RCC como Batuva e RioVerde, no município de Guaraqueçaba, comunidades quilombolas. Além das tendências: “turismo de esporte”; “viagens com propósito”; “turismo de experiência”; “slow travel”, que com obviedade são precisamente como se dá a prática do cicloturismo na proposta da RCC.

O cicloturismo além de possibilitar uma maior integração mais com o meio ambiente que o cerca, ter experiências mais próximas com o lugar, com a “Alma do Lugar” (Yazigi, 1999), combina prática de esporte com vida mais saudável, viagens com um transporte muito mais econômico, gerando mais possibilidades de turismo, mais dias permanência, mais hospedagem e alimentação, mais viagens como um todo.

Vivências autênticas, experiências únicas, contato com a natureza, embasam as viagens tidas como cicloturismo, caracterizado principalmente por deslocamentos de bicicleta e a pé (Saldanha, 2019), trazem um perfil de turistas que se interessam por cultura e natureza, alicerces que apresentam potência, ao ver dos presentes autores, para gerar maior fluxo de visitantes ao turismo de base comunitária (TBC) nesta região que abriga o maior remanescente de Mata Atlântica da América do Sul com a expressiva cultura caiçara, que compõe os grupos étnicos tradicionais como quilombolas, povos



indígenas e comunidades tradicionais, cuja cultura resulta dessa miscigenação com os portugueses.

Outro ponto significativo sobre esse tema para o desenvolvimento do turismo nacional foi a criação do Fórum de Mobilidade e Conectividade Turística (Fórum MobTur) - instituído pela Portaria nº 632, de 14 de setembro de 2020 do Ministério do Turismo. Além disso também é expressivo frisar que se pode verificar: no Brasil em 2020, a aquisição de bicicletas para lazer e turismo teve significativo acréscimo, conforme BBC (2021), o aumento médio foi de mais de 50% na venda de bicicletas.

Dessa forma, considerando que um produto de turismo voltado ao cicloturismo, TBC e unidades de conservação da natureza (UCs) é uma alternativa em potencial para transformação social a ser aplicada nesta região do País, considerando também que grandes roteiros, de maior quilometragem, costumam trazer mais visitantes internacionais, como visto em Santiago de Compostela, por exemplo, justificam uma proposta dessa magnitude. Os exitosos roteiros do “Vale Europeu Catarinense” e o “Caminhos da Fé” entre São Paulo e Minas Gerais, que são roteiros de consagrados do cicloturismo nacional, tidos como referência para o presente projeto, figuram também como possibilidades para turismo como um todo, de carro, a pé ou quaisquer outras possibilidades de transporte, para além do uso exclusivo da bicicleta.

De acordo com a Rede Trilhas (2024), corroborando com a potencialidade verificada, as trilhas para o cicloturismo são importantes meios para incentivar o TBC, principalmente para os segmentos Ecoturismo e Turismo de Aventura, fortalecendo a proteção e valorização dos patrimônios naturais e culturais inseridos nas regiões que possuem rotas.

Assim, experiências memoráveis de um outro turismo possível e necessário, se caracterizam como de expressiva possibilidade para valorizar a cultura e demais patrimônios, e é a toada entendida aqui que deve embasar as propostas rumo a esse novo paradigma do turismo para os próximos anos.

## O QUE É ROTA CAIÇARA DE CICLOTURISMO

A ideia progenitora da RCC surgiu em março de 2020 a partir de uma reunião na direção no Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná (UFPR), iniciativa organizada pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elsi do Rocio Cardoso Alano, que já havia realizado outras ações em prol da ciclomobilidade na Universidade. O encontro contou com a presença do então diretor do Setor, o Prof. Dr. Renato Bochicchio e dos pesquisadores Belotto e Da Ros. Oriundo da capital Curitiba, Belotto, após terminar seu mestrado em desenvolvimento territorial sustentável na UFPR Litoral, foi cobrado pela banca que trouxesse alguma contribuição para ciclomobilidade na região. Dessa forma sondou, na ocasião dessa reunião, a possibilidade de unir sua expertise em ciclomobilidade com a área de turismo, mais especificamente o ecoturismo em áreas protegidas, foco acadêmico de Da Ros, para a criação de um grande circuito envolvendo os sete municípios do litoral do Paraná. Nasce daí a proposta da Rota Caiçara de Cicloturismo (RCC). Na sequência do desenvolvimento, vislumbrou-se a relevante potencialidade do vínculo com Turismo de Base Comunitária (TBC), na proposta, assim ingressou na equipe a também docente do Curso de Gestão de Turismo do Setor Litoral, a Prof.<sup>a</sup> Ms. Beatriz Cabral que já vinha há alguns anos trabalhando com fortalecimento do TBC no litoral do Estado, com iniciativas como a Rede Anfitriões, entre outras ações do projeto de extensão: “Governança Participativa para o Turismo de Base Comunitária, Ecoturismo, Turismo de Aventura no Litoral do Paraná” em vigor naquele momento.



De acordo com uma demanda nacional - Resolução n.07 do Conselho Nacional de Educação (CNE), que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei n. 13.005/14 (2018) - surge a necessidade de que os cursos superiores desenvolvam ações que alavanquem a extensão universitária. Entende-se aqui que a extensão figura como uma via de mão dupla, levando o conhecimento produzido na universidade para as comunidades e trazendo a realidade nacional tanto para dentro das salas de aula como para os diferentes grupos de pesquisa. Como uma espécie de devolutiva para a sociedade parece notório que um curso superior de turismo pense extensão com alternativas para o fomento de produtos turísticos na região onde está inserido.

Essa proposta da RCC abrange de forma prática um circuito de cicloturismo que envolve sete municípios do litoral do estado do Paraná: Guaratuba, Matinhos, Pontal do Paraná, Paranaguá, Morretes, Antonina e Guaraqueçaba. Alicerça-se sobretudo na tríade: Cicloturismo/Turismo de Base Comunitária (TBC)/Unidades de Conservação da Natureza do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

A RCC tem como objetivo geral: articular a viabilização do produto turístico Rota Caiçara de Cicloturismo, promovendo a integração dos sete municípios do Litoral paranaense, conectando Unidades de Conservação da Natureza e sua contribuição ao desenvolvimento territorial sustentável, fomentando o sentido de pertencimento das comunidades do litoral do Paraná, o ensino interdisciplinar, a pesquisa e a extensão universitária. Tem como objetivos específicos:

- promover a conectividade e o alcance dos objetivos de conservação da natureza das UCs associadas a Rota Caiçara de Cicloturismo;
- estimular as práticas ecológicas de baixo impacto e regenerativas (impacto positivo) de turismo em contato com a natureza no litoral do Paraná;
- impulsionar o sentimento de pertencimento com a valorização da cultura e dos saberes tradicionais dos povos indígenas, comunidades quilombolas, comunidades de agricultores familiares, pescadores artesanais e povos caiçaras presentes no território;
- consolidar outras formas de desenvolvimento territorial, de baixo impacto ambiental e condizentes com os objetivos do desenvolvimento sustentável;
- estabelecer uma rota de cicloturismo de referência nacional.

Dessa forma, a caracterização da presente proposta de produto turístico, a RCC, vincula-se fundamentalmente:

- à valorização da Cultura Caiçara, com foco no desejável sentimento de pertencimento, ressalta-se no que se refere ao patrimônio imaterial que podem ser obtidas com apoio do recurso metodológico da história oral, conforme Da Ros (2011 e 2014), fornecendo subsídios para a construção da interpretação ambiental, com as informações que serão repassadas para os condutores e que constarão em determinadas placas interpretativas. Pois em alternativas dessa magnitude deve-se fortalecer a identidade cultural para enfrentamento do disseminado conceito de “não lugares”, de acordo com Augé (1994, p. 73) “se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não lugar”, desvalorizando e por vezes extinguindo muito das características locais que fazem o local único. Como exemplo pode-se imaginar destinos mundialmente conhecidos por traços culturais como “ula-ula” ou “flamenco”, que são definidores de fluxos turísticos. Se em determinada região turística tem praias de águas calmas, areia branca, preço justo, água de coco etc. e outro destino também, o diferencial da motivação pela visita se dá pela identidade cultural, passa a ser definidor da escolha por viagens por parte dos visitantes.



- ao fomento a ciclomobilidade em uma região onde há muito utiliza-se a bicicleta como meio de transporte, seja por uma questão social, quanto por vocação local pela sua geografia e clima. Essa proposta também está alicerçada neste diferencial da promoção da emissão de carbono neutro, incentivando o uso de bicicletas como meio de transporte ecológico e implementando práticas de compensação de carbono que contribuem para a mitigação das mudanças climáticas. Para além do cicloturismo há a própria questão de mobilidade e demais problemas sociais da região, pois, “o destino é bom para o visitante, se antes, é bom para que nele vive”, assim todas as questões sociais que envolvem a região são questões pertinentes ao desenvolvimento do turismo sustentável como: segurança pública, saneamento básico, infra-estruturas de mobilidade, entre outros, são também questões discutidas e enfatizadas nessa proposta.

- à promoção de IDH, com geração de emprego e renda, aumento da qualidade na educação. Paradoxalmente em uma região de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), quando comparado aos demais municípios do Estado (Ipardes, 2019), o litoral do Paraná possui expressiva potencialidade para o desenvolvimento dessas iniciativas de turismo sustentável e notável relevância no que se refere a transformações sociais enfocadas em alternativas que valorizem o patrimônio e vocação local. Como diz a máxima: “passando necessidade em cima de um tesouro”, é uma figura de linguagem/metáfora que parece se adequar à realidade desta localidade.

- à possibilidade de auxílio para dessazonalizar o turismo local que é caracterizado por um forte fluxo na temporada de verão, do Natal ao Carnaval, somente. Considerando-se também que em outras épocas do ano, com clima mais ameno, fica muito mais prazeroso pensar em pedalar e fazer trilhas a pé.

- ao vínculo da universidade pública/ciência com uma proposta de turismo sustentável, e intensificar perspectiva do desenvolvimento territorial sustentável, do ensino interdisciplinar, da pesquisa e de incremento na extensão universitária.

- ao fortalecimento TBC sob o escopo das transformações sociais advindas do protagonismo das iniciativas de turismo pelas comunidades e consequente melhoria de vida e alternativa também ao êxodo rural. Em uma região com povos indígenas, comunidades quilombolas, pescadores artesanais, da agricultura familiar e demais povos caiçaras, atende também a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT, nº Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007).

- à junção TBC + Cicloturismo, se percebeu potência que pode gerar o necessário fluxo de visitantes com as iniciativas das comunidades. O combustível desse meio de transporte são as comidas típicas oferecidas ao longo do percurso, e as vivências autênticas o propósito maior da viagem. O “desejo de estar mais próximo tanto dos atrativos locais quanto da cultura das comunidades pelas quais percorrem” é evidenciado por Saldanha (2018), de acordo com pesquisa ao perfil do cicloturista, onde cerca de 20% dos artigos publicados em periódicos e anais de mostra acadêmica nacionais buscam analisar alguma dimensão de perfil de usuário.

O mesmo autor realizou um levantamento bibliográfico sobre trabalhos acadêmicos nacionais sobre o tema e destacam uma análise pontual de usuários de rotas de cicloturismo que essa necessidade latente do cicloturista em ter experiências turísticas é característica desse tipo de turista, nacional ou internacionalmente. Pode-se imaginar que quando em uma viagem se passa na beira da estrada por um caldo de cana, por exemplo, a 80 Km/h, dificilmente se faz uma parada, mas para quem já está pedalando alguns quilômetros parece mais possível de consumir esse produto. Assim essa potência verificada pode contribuir para o êxito do TBC que amarga visitação tímida/modesta, apesar de muitas vezes de extrema qualidade como constatado *in loco* na hospedagem da



iniciativa de TBC da Lagoa de Tatajuba/CE e Prainha do Canto Verde/CE, integrantes da Rede Tucum de turismo comunitário cearense.

- à relação direta da RCC e os Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável (ODSs) – A Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas é um plano de ação global do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que delinea diretrizes no contexto ambiental, político-institucional, socioeconômico e cultural, visando promover o desenvolvimento sustentável. Ela engloba sistemicamente 17 ODS desdobrados em 169 metas e 241 indicadores (IPEA, 2018; ONU, 2024). De forma sintética segue quadro da relação dos ODSs com a RCC, embora alguns ODSs estejam sujeitos a críticas considerando a própria sociedade capitalista na qual se vive.

**Quadro 1** — Síntese interrelacional dos eixos de ações da Rota Caiçara de Cicloturismo, alinhadas aos ODS

Eixo de Ações - Justificativas	Interface com os ODS	Descrição do ODS
<b>Valorização da cultura caiçara e apoio às comunidades tradicionais;</b> - Na protagonização das iniciativas de turismo em sua região; - No despertar do sentimento de pertencimento; - Como alternativa ao predatório turismo de massa, foco em ecoturismo e uso público das inúmeras unidades de conservação presentes.	ODS 1 (Erradicação da Pobreza);  ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico);  ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis).	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.  Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e o trabalho decente para todas e todos.  Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
<b>Qualidade de vida;</b> - No fomento a produção de produtos locais, renda alternativa via TBC; - Quanto aos hábitos relacionados à melhoria da nutrição e segurança alimentar; - Ao incentivo da prática de exercícios físicos por meio do cicloturismo e atividades ao ar livre, promovendo um estilo de vida ativo e saudável para os moradores locais e visitantes.	ODS 2 (Fome zero e agricultura sustentável);  ODS 3 (Saúde e bem-estar);  ODS 12 (Consumo e Produção Sustentáveis).	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades.  Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



<p><b>Conservação ambiental e práticas sustentáveis;</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- No consumo de produtos locais;</li><li>- Na valorização da cultura caiçara e benefício das comunidades tradicionais, estimulando cadeias produtivas locais;</li><li>- Na valorização do meio de transporte ícone contra a mudança global do clima;</li><li>- Na consideração do fato de que está situada em ambiente insular, com mar e rios em abundância e consequente transporte marítimo/fluvial;</li><li>- No turismo de forma responsável, respeitando o patrimônio cultural e ambiental local.</li></ul>	<p>ODS 12 (Consumo e Produção Sustentáveis);</p> <p>ODS 13 (Ação contra a mudança global do clima);</p> <p>ODS 14 (Vida na Água);</p> <p>ODS 15 (Vida Terrestre).</p>	<p>Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.</p> <p>Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos.</p> <p>Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.</p> <p>Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.</p>
<p><b>Acesso Universal à Educação;</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Nos cursos de Formação para condutores de cicloturismo, bem como oficinas, palestras e atividades interativas destinadas tanto aos turistas quanto às comunidades locais;</li><li>- Nas parcerias institucionais entre poder público e esfera comunitárias.</li></ul>	<p>ODS 4 (Educação de qualidade)</p> <p>ODS 17 (Parcerias e Meios de Implementação).</p>	<p>Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos.</p> <p>Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.</p>
<p><b>Apoio ao Desenvolvimento econômico em áreas desfavorecidas;</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- No acompanhamento ao desenvolvimento do TBC;</li><li>- Nas ações sociais e inclusivas, mediadas pela universidade (UFPR), via extensão e pesquisa.</li></ul>	<p>ODS 10 (Redução das Desigualdades);</p> <p>ODS 17 (Paz, justiça e instituições eficazes).</p>	<p>Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.</p> <p>Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.</p>

Fonte: adaptado de Freitas, Da Ros e Belotto (no prelo)

Nesse sentido percebe-se que a proposta da RCC está alinhada aos princípios e objetivos da Agenda 2030, uma vez que valoriza e estimula a preservação do modo de vida local e o patrimônio que os cerca, atua via alternativa de geração de emprego e renda na redução das desigualdades, contribui para obtenção de mais sustentabilidade com transformação social.



- ao alinhamento com Designers no Projeto da RCC vem de uma parceria com o Curso Superior em Design da UFPR, que colabora com o Programa de Extensão Ciclovida - Fase 2, e abraçou também as demandas da RCC. A egressa Vanessa Diamante, sob supervisão do Prof. Dr. Ken Ono, desse curso, capitaneou a invenção de uma identidade visual para o projeto, segue:

**Figura 1 – Identidade visual da RCC**



Fonte: Elaboração da equipe de Design

- à iniciativa Rota Caiçara a Marca coletiva – o Projeto “Desenvolvimento de cadeias de valor da agrosociobiodiversidade pela marca coletiva Rota Caiçara”, vinculado à Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), pertence ao Programa Vocações Regionais Sustentáveis, ligado à Invest Paraná – Agência de promoção e atração de investimentos do Governo do Estado do Paraná (VRS, 2023). A Marca representa um coletivo de produtores, de associações e cooperativas, de principalmente: frutos da estação, banana, mandioca, palmito pupunha, açaí juçara, além das comunidades que desejam trabalhar com TBC. Dessa forma a identidade visual da RCC terá seu uso em embalagens desses produtos, alavancando a divulgação do destino e de forma recíproca, do que é produzido e comercializado.

- às formações, sensibilizações e Instrumentalizações são desde o princípio uma frente sempre forte no projeto. Pela falta de financiamentos até o momento, foram realizadas apenas uma parte do que se tem pensado. Envolve de maneira geral, todas as comunidades, empreendedores do traçado, todo o trade turístico do litoral do Estado, Conselhos Municipais de Turismo, Guias devidamente cadastrados, entre outros. Foi possível realizar com uma duração de 30 horas o 1º Curso de Ciclocondutores da RCC, segundo com essa temática no País, o primeiro ofertado por uma Universidade Federal foi pela UFPR, cujos professores colaboraram por aqui também. Graças a articulação da Associação de Defesa do Meio Ambiente e do Desenvolvimento de Antonina (Ademadan), Instituto Planett, UFPR, UFPR, UFPR, UFPR, de abril a junho de 2024 foi possível realizar o curso financiado pela Itaipú Binacional, que resultou na formação de 28 novos condutores de cicloturismo. Assim pretende-se instrumentalizar diretamente as pessoas interessadas diretamente relacionadas às unidades de conservação/TBC e Cicloturismo, gerando, em diálogo de saberes, oportunidades diretas aos empreendedores locais para o desenvolvimento de produtos e serviços relacionados.

- ao vínculo com a iniciativa Grande Reserva Mata Atlântica (GRMA) que se deu logo no princípio do projeto, já que o litoral do Paraná está situado no centro desta iniciativa (Figura 1).

Figura 2: Área da Grande Reserva da Mata Atlântica.



Fonte: Grande Reserva da Mata Atlântica, 2024

Trata-se de uma região que compõe com Santa Catarina e São Paulo, a maior área contínua florestal bem conservada do bioma Mata Atlântica do planeta. A iniciativa une atores sociais em prol da divulgação deste destino que pretende se fortalecer como Amazônia e Pantanal.

- à conexão com a Rede Trilhas de Longo Curso e Conectividade, se deu a partir do ano de 2021. Esta política pública federal, com as Portarias: - Conjunta nº 407, de 19 de outubro de 2018; e - Conjunta nº 500, de 15 de setembro de 2020, que regulamentam a criação, manutenção e promoção de trilhas de longo curso e rotas de cicloturismo, visando incentivar a mobilidade sustentável, além de promover a conservação ambiental e a valorização das culturas locais. Esta política que envolve os Ministérios do Meio Ambiente e Turismo, além de voluntários de todo Brasil, surgiu em 2019 e propõe, entre outras coisas, a unificação, sinalização, estruturação e promoção de trilhas de longo curso por todo o País. A maioria dessas trilhas, que são identificadas com o símbolo de pegadas amarelas e pretas, podem ser percorridas de bicicleta. Atualmente, o Brasil conta com 3.500 km de trilhas sinalizadas. A meta é chegar a 10.500 km nos próximos anos e movimentar o turismo em mais 2 milhões de pessoas por ano, Rede Trilhas (2024). A RCC, ao integrar-se a esta política, contribui para a conectividade de ecossistemas e a proteção da biodiversidade na Mata Atlântica, ao mesmo tempo que

proporciona uma experiência imersiva e sustentável para os cicloturistas, fortalecendo a economia das comunidades tradicionais no litoral do Paraná.

**Figura 3 – Sinalização da RCC junto a Rede Trilhas**

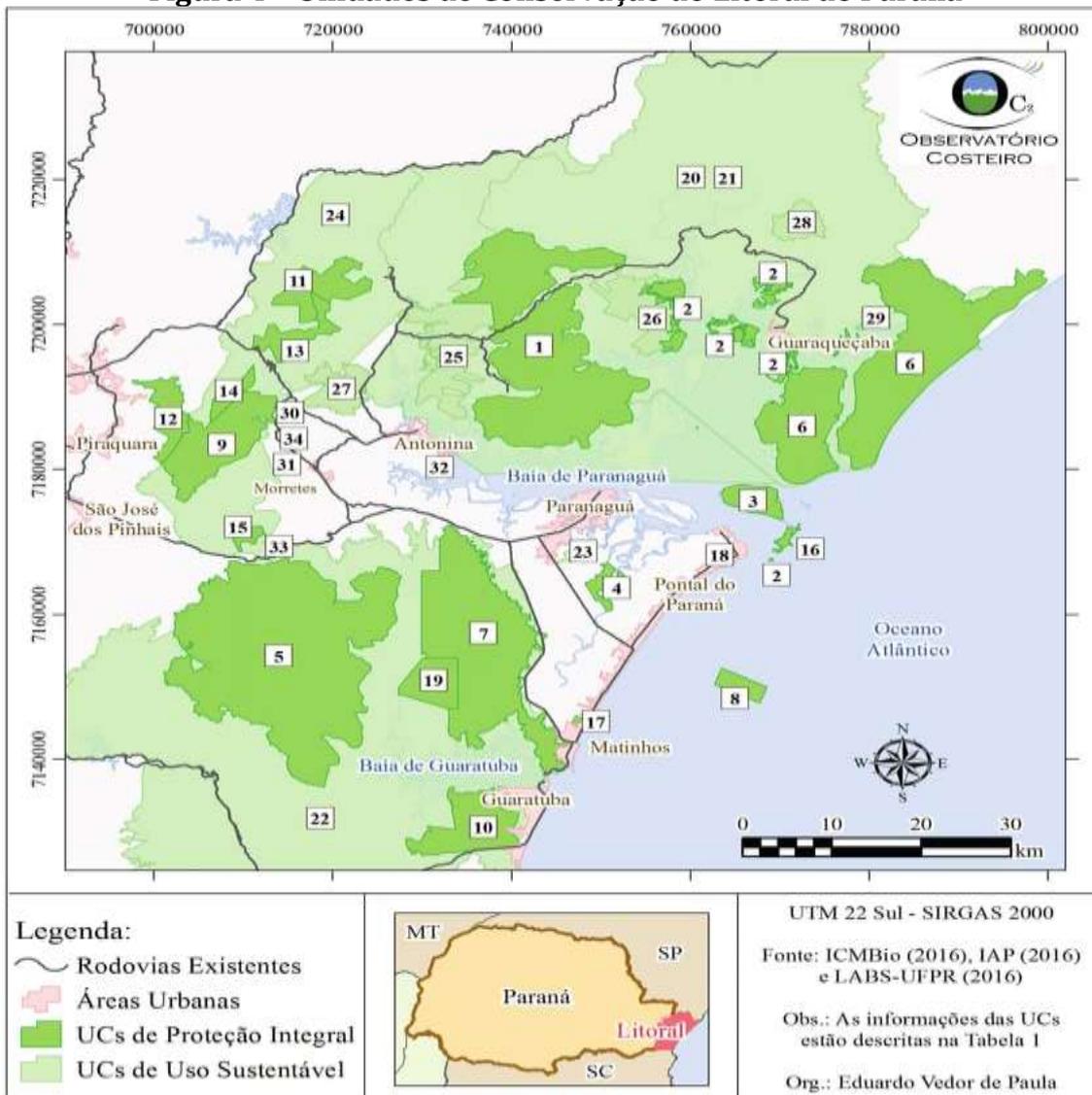


Fonte: dados primários, grupo de Design da RCC

O padrão de sinalização da RCC, verificável na imagem acima, foi cadastrado na plataforma da Rede, e será usado em todos os trechos.

- à conectividade das Unidades de Conservação da Natureza (UCs), que são muitas no maior remanescente de mata Atlântica das Américas, maior continuum desse bioma do mundo, na porção paranaense cerca de 655 mil hectares em áreas protegidas, são de relevante importância para a proteção das paisagens nesse território considerado um *hotspot* mundial de biodiversidade. O incremento na conservação ambiental tão relevante e explicitada nos objetivos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, Lei nº 9.985 (2000), quando estabelece que as UCs devem fomentar o desenvolvimento sustentável regional que pode ser aproveitado com maestria pelo turismo que valoriza o patrimônio natural e uma proposta que foi estabelecida linkando as UCs e seus corredores ecológicos, segue mapa com as UCs federais e estaduais, a região ainda concentra reservas particulares do patrimônio natural que acrescentam o número de áreas protegidas existentes.

Figura 4 - Unidades de Conservação do Litoral do Paraná



Fonte: Observatório Costeiro (2024)

Dessa forma em alguns casos, definiu-se no traçado privilegiando a escolha do roteiro pelo critério da conectividade de fragmentos florestais, corredores verdes para fauna e consequente conectividade das Unidades de Conservação. Principalmente nas mais reconhecidas UCs da região, as Áreas de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba e Guaratuba, classificadas como de uso sustentável, e quatro importantes Parques Nacionais: Superaguá, Saint Hilaire/Lange, Guaricana e Marinho das Ilhas dos Currais, de proteção integral, mais restritivas quanto ao uso público. Sem nenhum demérito, o Parque Estadual com Estação Ecológica da Ilha do Mel, é um dos 65 destinos indutores do turismo nacional é, depois do Parna do Iguaçu, é o atrativo natural que gera mais fluxo de visitantes ao Estado. Essas UCs junto com outras da região compõe um mosaico de UCs denominado Lagamar, garantindo a conservação deste significativo bioma com mais de 655 mil hectares de áreas protegidas.

- ao cuidado ao caráter salvacionista que frequentemente são abordadas as propostas de turismo, privilegiando sempre um olhar mais crítico junto as comunidades, apresentando o TBC, se possível como atividade complementar e sempre com atenção ao modo como é gerido. O desenvolvimento turístico sem o devido planejamento e gestão,

sistematicamente se desvia do seu propósito primário e vai na direção dos mandos da sociedade do consumo e modelo de desenvolvimento vigente, onde o lucro e a ganância das pessoas fala mais alto e destrói diversos destinos descaracterizando-os, principalmente os observados no litoral do Brasil. Dessa forma sempre exercitando um olhar mais crítico, com olhos nessa tendência única de mercantilização das iniciativas de turismo que o tornam na maioria das vezes negativo quando se desenvolve apenas com olhos no lucro. Por outro lado, pode sim ser uma expressiva alternativa para obtenção de mais sustentabilidade, em seus aspectos, social, econômico e ambiental, se bem planejado e gestado.

- à construção da interpretação ambiental, fato decisivo para engajamento de visitantes e visitados, para gerar maior interação com o meio ambiente e agregar bastante valor a visita. Necessário fazer pesquisa com o levantamento de estudos de fauna e flora presentes no traçado, e realizar outros que sejam significativos, principalmente para uso desses dados em painéis interpretativos, padronização das informações prestadas pelos condutores locais, folhetos e informações que estarão nas redes sociais direta ou indiretamente, com dados de espécies raras, endêmicas e de relevância para turismo de observação, como o birdwatchig, por exemplo. Outro aspecto expressivo da interpretação ambiental é que os visitantes compreendam, para além das espécies de fauna e flora, também, os aspectos culturais e geológicos, a história do território, nomes populares, lendas, fatos relevantes do patrimônio imaterial, da cultura caiçara, do uso e a ocupação da Mata Atlântica, e como esses elementos se relacionam. Conforme Da Ros (2011), o recurso metodológico da história oral, valorizando essas memórias, pode ser a ferramenta adequada para tanto.

## DA CONSTRUÇÃO DO PERCURSO METODOLÓGICO

No que se refere à caracterização da área de estudo - região onde se inserem os municípios de Guaratuba, Matinhos, Pontal do Paraná, Paranaguá, Morretes, Antonina e Guaraqueçaba, é significativo frisar que a região possui pouca densidade demográfica quando comparada a outras regiões do Estado (Tabela 1), além de uma limitada diversificação econômica. Esses fatores resultam em significativas disparidades na distribuição de renda e nas oportunidades de emprego, contribuindo para a desigualdade socioeconômica entre os sete municípios (Freitas; Lima, 2021). Como consequência, há altos índices de informalidade no mercado de trabalho, com a maioria dos empregos formais existentes sendo de baixa complexidade e qualificação, resultando em menor valorização salarial (Inpro, 2021). Em consonância com essas questões que situam a realidade local, mesmo com grandes potencialidades de atrativos naturais e culturais, a maioria das comunidades não se beneficia turisticamente de tamanha riqueza. O destino, sem a formatação adequada, não atrairá visitantes por si só.

**Tabela 1** — Síntese de informações sociodemográficas

UF	Município	Estimativa Populacional Hab.	Área total Km <sup>2</sup>	Densidade demográfica Km <sup>2</sup>
PR	Antonina	18.949	882	21,41
	Guaraqueçaba	7.594	2.020	3,9
	Guaratuba	37.527	1.326	24,21



	Matinhos	35.219	118	249,93
	Morretes	16.446	685	22,96
	Paranaguá	156.174	827	169,92
	Pontal do Paraná	27.915	200	104,67

Fonte: Adaptado de Freitas e Lima (2021, p.5) com base em dados do IBGE (2020).

Ao longo do traçado da RCC no litoral do Paraná, encontram-se grupos étnicos tradicionais como quilombolas, povos indígenas e comunidades tradicionais caiçaras, cuja cultura resulta dessa miscigenação com os portugueses. O território etnocultural caiçara, que se estende por todo o litoral do Paraná (figura 5) e o de São Paulo, é composto por comunidades que mantêm tradições ancestrais, com baixo impacto ambiental sobre o ecossistema e a biodiversidade, a qual a utilizam como modo de vida. Estas comunidades, que envolvem uma diversidade territorial multicultural encontram-se inseridas ou no entorno das muitas UCs presentes nos sete municípios.

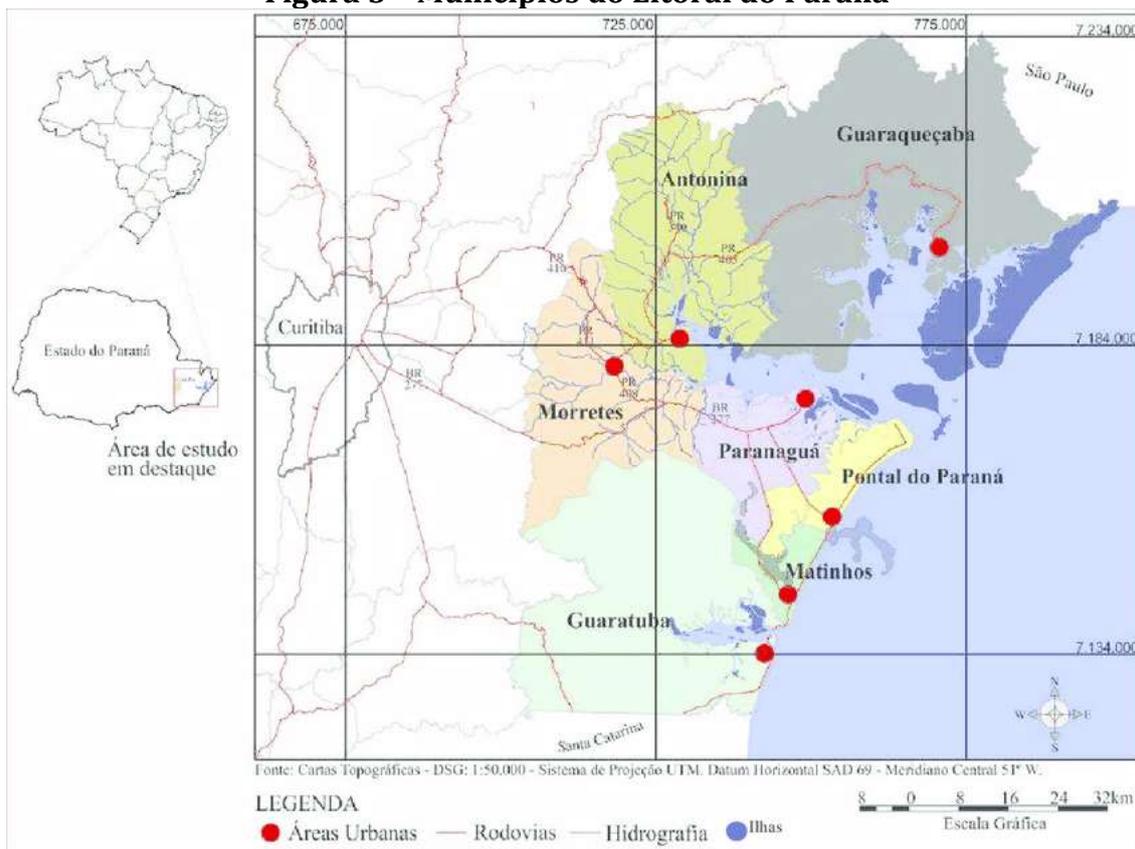
O turismo no litoral paranaense está concentrado, sobretudo, em períodos de alta temporada, como foi ressaltado. Mesmo com tamanha potencialidade para um turismo mais voltado à natureza do bioma Mata Atlântica, o segmento que envolve sol e praia é mais significativo. Principalmente, talvez, por conta de proximidade com a capital (85km), está marcado por ser destino de segundas residências, as de praia.

Há cerca de 125 praias e balneários, mais de 50 ilhas que em sua maioria possuem natureza bem preservada. Na temporada que vai principalmente do Natal ao Carnaval, a vida noturna é movimentada, bistrôs, restaurantes e música ao vivo em bares da orla. Nessa época a taxa de ocupação nos hotéis e pousadas ao longo da costa é alta.

Como opções de ecoturismo e turismo de aventura há, além do potencial para ciclismo, rafting no Vale do Gigante, montanhismo no Pico do Paraná, a montanha mais Alta do Sul do Brasil, e no Parque Estadual Pico do Marumbi, berço nacional do montanhismo. O parque Estadual Rio da Onça também oferece pequena trilha.

Os atrativos mais procurados são mesmo a Ilha do Mel e a Estrada de Ferro Paranaguá-Curitiba, com trem histórico.

Figura 5 – Municípios do Litoral do Paraná



Fonte: Marcelo Chemin, 2013

No que se refere ao percurso metodológico da RCC, vale ressaltar que ele vem sendo arquitetado e se metamorfoseando até o presente momento por conta de particularidades pontuais, entre elas o período pandêmico, caracterizando-se, assim, como um processo dinâmico em constante construção. Trata-se de um projeto que pode ser definido como pesquisa aplicada com abordagem qualitativa de caráter exploratório, documental e descritiva, porém outros pontos de grande significância se apresentaram como alternativas possíveis.

Um deles é a pesquisa-ação na RCC: a escolha pelo recurso metodológico da pesquisa-ação para a Rota Caiçara de Cicloturismo (RCC) veio, principalmente, por conta de que a extensão universitária deve ter vínculo com a pesquisa científica, caminham juntas, alicerçam o ensino superior e a própria concepção de ciência. A desejável tríade que vincula as indissociáveis: pesquisa, ensino e extensão. Assim, para um maior rigor científico, tomadas de decisão mais assertivas, trato acadêmico e a fundamental construção envolvendo os atores sociais presentes, premissa da base comunitária, optou-se por essa metodologia, pois a extensão perde sem pesquisa: perde a reflexão, empobrece, precisa de profundidade acadêmica.

No sentido de produzir conhecimento, mas resolver questões práticas como geração de emprego e renda, despertar do sentido de pertencimento pelo amplo patrimônio que possui este continuum de Mata Atlântica e a rica cultura caiçara, a pesquisa-ação parece se encaixar como uma luva desde a concepção desta proposta. Centrada na ação, com intervenções mediadas pela universidade pública, levando a realidade das comunidades para sala de aula e como uma espécie de devolutiva, o conhecimento produzido na academia para auxiliar questões e problemáticas verificadas



in loco com a percepção e parceria dos atores sociais, embasam a construção de um pensamento crítico para pensar futuro da extensão e pesquisa que gerem transformações sociais.

Pesquisa-ação que, de forma figurada, pode ser entendida como tendo um hífen que une a pesquisa e a ação, o pesquisador e o ator social. Portanto, apresenta a forma mais correta, ao ver dos autores dessa proposta de produto turístico, de retratar a realidade regional. A pesquisa tida como clássica, onde sua maioria é de origem positivista, isto é, parcial, inocente, descolada da realidade, não atende aqui minimamente, as soluções necessárias que embasam essa proposta. Em contrapartida na pesquisa-ação, com o pesquisador permanentemente engajado, sua construção acontece de forma coletiva, tendo neste caso específico a UFPR como mediadora. A perspectiva torna-se dinâmica, muda de acordo com os acontecimentos verificados na localidade, pois é construída com a observação dos pesquisadores e atores sociais, que por sua vez passam a pesquisadores também.

A pesquisa-ação ao levantar as demandas da comunidade, com a participação e percepção dos sujeitos que lá vivem, adota um caráter de justiça social. O colaborador da RCC, Prof. Dr. Evandro Cardoso do Nascimento, apresentou em reunião algumas características da pesquisa-ação: “promove a interação entre pesquisadores e atores sociais; possibilita a construção de conhecimento científico, pela pesquisa, e a resolução de problemas reais, pela ação; o conhecimento é gerado a partir da mobilização coletiva; o controle metodológico é feito através do consenso atingido pela coletividade; possui um papel educativo de formação para cidadania e para organização coletiva, colocando o controle do saber nas mãos dos grupos sociais”.

Assim pode ser entendida como “um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação” Michel Thiollent (2011). De acordo com Hugues Dionne (2007), não se trata de privilegiar o agir para conhecer, mas preservando as especificidades da abordagem da ciência e da abordagem da ação, a pesquisa-ação reduz a distância entre a teoria e a prática.

De forma geral a 1ª fase da abordagem utilizada na pesquisa-ação, denominada de fase diagnóstica /exploratória, que pode ser entendida também como estado da arte do destino, para o desenvolvimento do turismo de base comunitária, deve produzir conhecimento que dialogue, que figure como um retorno do que é pesquisado, para a sociedade, para quem precisa, de forma prática. Na presente proposta para o primeiro contato com as comunidades optou-se por uma abordagem denominada “cicloetnografia” sugerida pelo Prof. Dr. Fábio Carminatti (UFFS), colaborador importante do grupo de trabalho da RCC. Funcionou da seguinte forma: a equipe da RCC chega em grupo de bicicleta, como cicloturistas de fato, depois de validar os quilômetros de acesso, ao encontro dos moradores da localidade pretendida. Diferente de fazer uma primeira abordagem, por exemplo, com uma grande caminhonete da universidade, que poderia gerar algum tipo de afastamento, ou comentários do tipo: “vieram comprar um terreno”, as chegadas de bicicleta, com os partícipes pesquisadores “pedalantes” suados e visivelmente cansados, costumeiramente rende uma abordagem mais amistosa e hospitaleira, o que facilita muito o trabalho desejado. Na presente proposta de produto turístico, de partida, foram duas questões norteadoras com os seguintes questionamentos: A primeira pergunta foi se “caçara” os representava, e as devolutivas foram consensuais de que sim, “nossa cultura”, “nosso povo”, “nossa dança”, “nossa comida”, foram as frases mais ouvidas. A segunda pergunta foi se desejavam trabalhar com turismo de base comunitária, que depois de uma breve explicação também obteve respostas positivas em 18 comunidades do litoral do Paraná.



Na sequência dessa abordagem, foram levantadas também outras dificuldades e significativas informações da região: O que precisam na comunidade? Que problemas querem resolver? Geração de renda foi uma constante, se o turismo poderia diminuir a evasão também, os filhos têm saído das comunidades mais tradicionais, o conhecido êxodo rural. O objeto de estudo na pesquisa-ação já nasce desses problemas levantados previamente. Dessa forma ferramentas como “diagnóstico rural participativo”, para mapear dificuldades, são fundamentais para descrever com assertividade a realidade. Um significativo trabalho, capitaneado pelo Prof. Dr. Luiz Rogério Oliveira da Silva (UFPR), do programa Vocações Regionais Sustentáveis, da Invest Paraná, detalhou expressivas potencialidades para o litoral do Paraná, entre elas o palmito pupunha, o açaí juçara, a reconhecida banana, a mandioca e o turismo de base comunitária. Esse diagnóstico prévio, alicerçou a parte da escolha das comunidades para a abordagem realizada. O trabalho realizado por anos da Prof<sup>a</sup> Ms. Beatriz Cabral (UFPR), com a construção de diversas ações extensionistas, também embasou a escolha desses locais. O projeto dessa professora denominado “Governança participativa para o ecoturismo, turismo de base comunitária e turismo de aventura”, gerou engajamento e união para o desenvolvimento turístico da região, a Rede Anfítrioes é um grande exemplo disso.

Importante frisar aqui que outras metodologias e métodos foram tomando forma e se apresentaram como possibilidades para os presentes autores. Entendidas como integrantes da proposta pesquisa participante, observação participante, exploratória, ciência cidadã, entre outras, como uma forma entendida aqui de “mais do mesmo”, se confundem e são incorporadas na pesquisa-ação, pois são semelhantes, mas tem histórias e contextos distintos. Thiollent (2011) afirma que “toda pesquisa-ação é participante, mas nem toda a pesquisa participante é pesquisa-ação.

É expressivo observar como é a devolutiva da comunidade e como funcionará o planejamento/ação/avalição: deve sempre ser gradual e construída coletivamente. Na RCC esta premissa balizou a tomada de decisão desde o princípio. História de vida, história oral para a construção da interpretação ambiental no turismo realizadas pelos presentes pesquisadores em outras pesquisas. Entende-se aqui também a importância delas, pois auxiliam sobremaneira na valorização do patrimônio cultural, que é de fundamental importância para reforçar o sentimento de pertencimento, “subsídios para a construção da interpretação ambiental, com as informações que serão repassadas para os condutores e que constarão em determinadas placas interpretativas serão obtidas com apoio do recurso metodológico da história oral”, conforme Da Ros (2014).

Assim, a premissa da pesquisa-ação, que é elaborada principalmente pelos sujeitos, onde não é só o pesquisador que faz, mas sempre em parceria com os sujeitos, gera uma real devolutiva para autonomia das comunidades, para que com a saída destes pesquisadores, a comunidade continue, faça sozinha. A perspectiva educacional na pesquisa-ação, aqui na proposta da RCC, está desenhada para que tenham autonomia de levar adiante sem a participação da universidade, do pesquisador. Mesmo com as limitações de público abordado, com mais comunidades do que o desejável, pois o tamanho ideal que seria para apenas uma delas, imagina-se que, como possuem problemáticas e estão inseridas em regiões similares, possam desta vez, refletir um público maior, afirmativa que será validada ao longo do tempo.

Nesse sentido, observa-se que com a divulgação científica se pode ter uma escala bem maior, para essas 18 comunidades dos 7 municípios do litoral do Estado. Historicamente a “enquete operária” que Marx fez na França em uma investigação a respeito das condições de vida da classe trabalhadora, publicada em 1980 (Thiollent, 1987), representava um público bem maior como o trazido aqui nessa proposta da RCC.



Costuma-se, para auxiliar nessa limitação, fazer análise de discurso dos representantes, tomar depoimentos dados no coletivo e depois individualmente, onde surgem outros pontos, pois a fala está condicionada, muitas vezes, a uma determinada audiência.

Portanto, assim como na pesquisa participante que não tem fim, o ideal é que a comunidade assuma as decisões futuras da proposta trazida aqui. Nesse sentido é imprescindível mobilizar e envolver bem seus líderes para alcançar a desejável autonomia e independência para que possam continuar protagonistas do turismo em sua região, produzindo para obtenção de mais sustentabilidade a partir do destino Rota Caiçara.

Outros momentos metodológicos podem ser listados, de forma sintética, em uma sequência de ações:

1. Inventário Participativo; uma conversa inicial/introdutória com possíveis atores sociais, denominada: “Levantamento participativo para o cicloturismo no litoral do Paraná”. Foi composta por uma série de reuniões remotas envolvendo os possíveis atores sociais dos 7 municípios do litoral do Paraná. Tais reuniões foram realizadas pela plataforma Meet do Google em três tardes: a primeira, envolvendo os municípios de Matinhos e Guaratuba, a segunda com Pontal do Paraná e Paranaguá e a terceira com Morretes, Antonina e Guaraqueçaba. Nestas tardes de conversa, sempre de forma coletiva, incluindo e ouvindo todas as pessoas envolvidas direta ou indiretamente com a promoção da ciclomobilidade em suas regiões, apareceram de princípio parceiros e atores sociais para a promoção da atividade. Importante frisar aqui novamente, que se entendeu que esta seria a única forma de concretizar este projeto, de forma horizontal, coletiva e participativa.

2. O Estado da Arte da RCCiclo: um mapeamento do que já existe/existiu sobre cicloturismo na região para se chegar a um diagnóstico sobre as possibilidades para a Rota. A ideia desde o princípio foi também de não sobrepor este projeto a outros que possivelmente já existem, pelo contrário, foi de valorizar tudo que já havia sido construído nesta área. Os diversos roteiros, rotas e possíveis atrativos turísticos presentes figurarão como complementares enriquecendo ainda mais a oferta e contribuindo para o aumento da demanda.

3. Benchmarking de cicloturismo: uma conversa com especialistas sobre as consideradas boas práticas pelo Brasil e no mundo. Foi realizada em 4 tardes, uma por semana, e o evento (webinário) ficou denominado “Construindo o Circuito Caiçara de Cicloturismo: Conversas com Especialistas”. Na primeira edição contou-se com a participação de Luiz Saldanha pesquisador do cicloturismo, doutorando da COPPE UFRJ, em 22/07/20, com o tema: “O potencial do cicloturismo no Brasil”. Na segunda semana a conversa foi com Rodrigo Telles do Clube de Cicloturismo do Brasil em 29/07/20, com o tema “O primeiro circuito oficial do Brasil: o Vale Europeu Catarinense”. Na terceira semana a convidada foi Arlete Regilene Scoz turismóloga e uma das gestoras do consórcio intermunicipal do Alto Vale do Itajaí, em 05/08 com a palestra “A governança do consórcio de municípios no turismo do Vale Europeu”. No último encontro o evento teve como palestrantes Antônio Olinto e Rafaela Asprino, pessoas que vivem o cicloturismo, já viajaram o Brasil e o mundo de bicicleta, autores de guias, livros e documentários, em 12/08, com o tema “O potencial do Turismo no Brasil”.

4. A Expedição Rota Caiçara de Cicloturismo: foi uma etapa metodológica que consistiu na testagem e validação dos 340 km iniciais que haviam sido desenhados de forma remota durante a pandemia. Uma equipe de bolsistas e voluntários percorreu o trajeto em julho de 2021 com olhos atentos nos chamados Pontos de Interesse. Para tanto foi utilizada a ferramenta “Classificação de percursos, Cicloturismo” (ABNT NBR 15509-2



de 2017), que por uma questão prática teve que ser impressa para os ciclistas no formato de diário de bordo. Verificou-se pontos de perigo onde, principalmente por se tratar de uma proposta pública, não foram cancelados para prática de bicicleta. Foram devidamente marcados e servem para exigir políticas públicas de infraestrutura mínimas necessárias à prática. Essa expedição contou com carro de apoio cedido pelo Detran Paraná.

5. Vídeo elaborado pela Tv Trapiche (2021) sobre a Expedição Caiçara de Cicloturismo em 2021, com filmagens em drone e dos atletas, pedalando de máscaras ainda, realizando a testagem da primeira proposta de traçado, percurso oficial naquele momento.

6. Reuniões de forma individualizada com os Conselhos Municipais de Turismo, que compreendem além das Secretarias Municipais, outros atores sociais, associações e iniciativa privada do trade turístico. Os objetivos para estes encontros foram: fazer uma aproximação do município (articulação institucional) com a equipe da RCC; Definir um ponto de comunicação, um representante técnico do município para nos auxiliar a responder as lacunas locais; Validar traçado testado/outras alternativas; Definir a vocação do turismo no município em relação ao trecho da Rota; Discutir possibilidades para implantação de uma cicloparagem pública do município, financiada e gerida pelo mesmo; Possibilidades para a implementação de um Museu local (multissediado) da cultura caiçara, que paralelamente funcionasse como centro de informações turísticas, centro de recepção ao visitantes, entre outras.

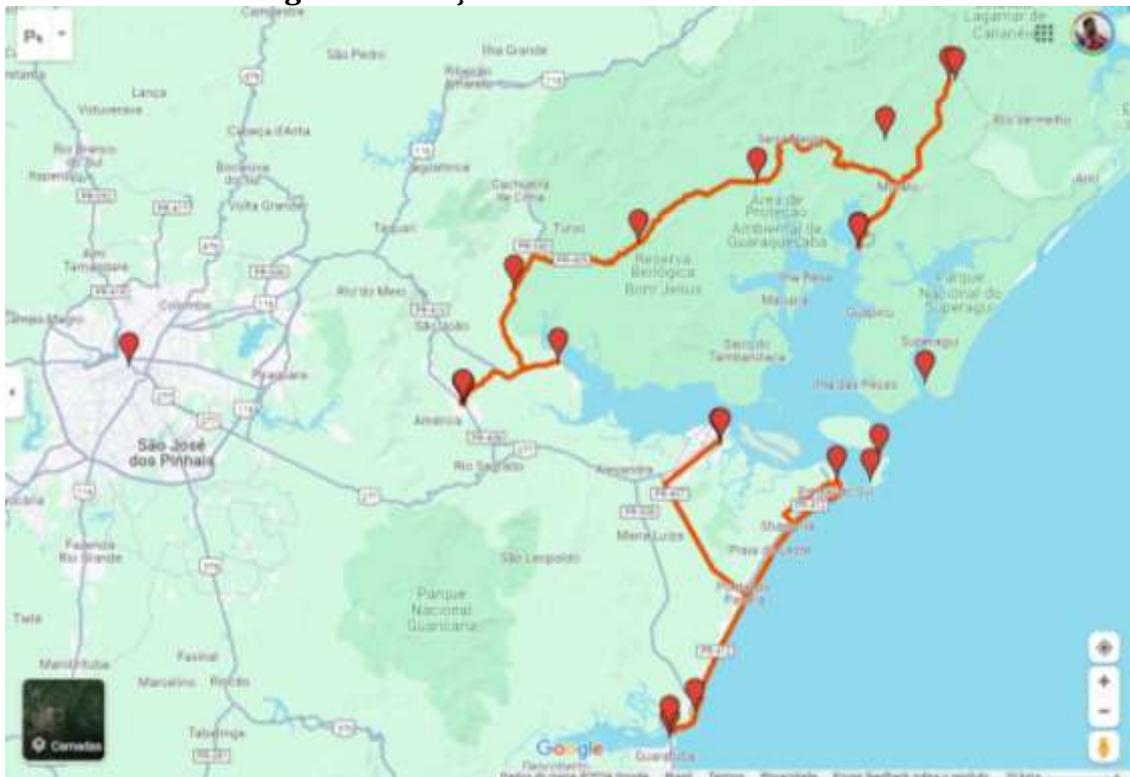
7. Uso de um espaço cedido pela Associação de Defesa do Meio Ambiente e do Desenvolvimento de Antonina (Ademadan), exclusivamente para a programação de uma semana no 32º Festival de Inverno de Antonina, evento promovido Pró Reitoria de Extensão da UFPR em julho de 2021, onde se recebeu os prefeitos dos municípios do litoral, outros atores sociais, comunidade, trade turístico, Secretaria Estadual de Turismo, Invest Paraná, Paraná Projetos, Sanepar, Grande Reserva Mata Atlântica, Projeto Mãozinha Verde, Detran Paraná, entre outros colaboradores e interessados. Este evento também contou com a descida da Graciosa, com 140 ciclistas de Curitiba a Antonina, em um percurso de 90 km, que teve veículos de apoio cedidos pela UFPR.

8. Possibilidades iniciais de governança - A partir de uma reunião com a Associação dos Municípios do Litoral do Paraná (Amlipa) e Instância de Governança da região, a Agência de Desenvolvimento do Turismo (Adetur Litoral), onde apresentou-se o projeto da RCC e outros modelos de governança. Entre eles o do Vale Europeu Catarinense, que é um consórcio intermunicipal, que já existia desde 1993 para tratar de questões relativas ao lixo dessas cidades e evoluiu para a gestão do turismo na região, o CIMVI, Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí, instituído através da resolução nº 500 de 14 de setembro de 2021. Também, apresentou-se no momento o exitoso Caminhos da Fé, entre São Paulo e Minas Gerais, que tem a governança administrada por associação homônima.

9. Consolidação do traçado principal, contou com a participação direta do colaborador Prof. Dr. Fábio Carminati (UFFS), que além de conhecimento na área, possui experiência prática de anos no cicloturismo. A partir de uma licença capacitação dedicada a investigação na RCC, com várias testagens do trajeto, chegou-se ao traçado atual apresentado a seguir, privilegiando os trechos que são possíveis de pedalar com segurança. O Professor organizou também uma ação/testagem do cicloturismo, denominada “cicloviagem escola”, como parte de seu projeto de extensão, “Pedalar para que?” (UFFS), com professores e alunos para averiguar o trecho norte (Guaraqueçaba, Antonina e Morretes) com duração de quatro dias e 140 km. Nesta ocasião a equipe fez

pernoites em comunidades específicas, a terra indígena Kuaray Haxa e comunidade quilombola Rio Verde e Batuva, com a abordagem da cicloetnografia onde se obteve o parecer positivo das comunidades sobre se desejavam trabalhar com TBC e se o nome Caiçara os representava.

**Figura 5 – traçado cancelado atual da RCC**



Fonte: Google Maps (2024)

10. Proposta inicial de itinerário, pensada para um cicloturista médio, foi o trabalho – relatório técnico de Carminati em sua licença capacitação, desenvolvida entre outubro e dezembro de 2023. Foram mais ou menos 800km percorridos de bicicleta para investigar as condições de ciclabilidade, mensurar a dificuldade de navegação, produzir imagens, georreferenciar atrativos.

O resultado foi apresentado, debatido coletivamente, acrescido, corrigido e validado pelo grupo gestor da RCC, a ideia foi formar um guia inicial para a Rota.

A proposta de acesso é por Curitiba/PR, a partir da qual se pode chegar em Morretes, onde se inicia a rota. De Curitiba a Morretes pode-se ir por diferentes caminhos:

a) de automóvel: pode-se ir pela BR277 ou pela Serra da Graciosa, sendo que neste último caso é importante consultar as condições de tráfego ou se não há impedimentos por queda de barreira.

b) de ônibus: a Viação Graciosa disponibiliza diariamente vários horários e transporta bicicleta (consulte o site da empresa)

c) de trem: é um passeio fantástico pela serra do mar (consulte o site da empresa Serra Verde Express)

d) e de bicicleta: a partir da Rodoferroviária de Curitiba, seguindo por ciclovias e ciclofaixas até a região metropolitana, passando por São José dos Pinhais, Quatro Barras, pelo caminho de Dom Pedro II, pelo traçado original da Estrada de Graciosa, e descendo a Serra a Graciosa (segue abaixo).

Tabela 2 - Proposta de itinerário

Dia	partida	chegada	distância total	descida acumulada	subida acumulada	Obs.:
	Rodoferroviária Curitiba	Morretes	75km	1891m	1014m	via Serra da Graciosa
1	Morretes	Antonina	16 km	273m	271m	
2	Antonina	Tagaçaba	57 km	945m	941m	
3	Tagaçaba	Batuva	47 km	788m	816m	
4	Batuva	Guaraqueçaba	28 km	367m	341m	
5	Guaraqueçaba	Paranaguá				consultar horário barco de linha
6	Paranaguá	Ilha de Superagui				consultar horário barco de linha
7	Ilha de Superagui	Paranaguá/Pontal do Paraná/Ilha do Mel	50 km	241m	240m	consultar horário barco de linha
8	Ilha do Mel	Pontal do Paraná/Guaratuba	43 km	300m	302m	consultar horário barco de linha
Total			316 km	4805m	3925m	

Fonte: relatório final de licença capacitação do Prof. Dr. Fábio Carminatti

11. Descritivo de experiências turísticas, dos atrativos que foram definidos principalmente após as reuniões com os municípios do litoral. Consistiu em uma leitura do território considerando levantando os seguintes elementos: Mapeamento de atrativos e vias existentes (pontos de interesse); Nos atrativos, descritivo (o que ver/fazer), horário de visitação; Facilidades como bicicletário, estacionamento, lista de prestadores de serviços (alimentação, hospedagem, oficinas, outros); E outros públicos (posto de saúde, hospitais, etc); Vias: dominialidade, características e condições físicas, tipo de pavimento, volume de tráfego, existência de sinalização viária (horizontal e vertical), existência de ciclovias, ciclofaixas, vias compartilhadas, calçadas, acostamento, altimetria por trecho, com as plataformas *strava*, *wikiloc my maps*; Segurança: mapeamento dos pontos de riscos (cruzamentos, vias compartilhadas, etc); Público alvo na região, perfil do cicloturismo no PR; Rotas cicloturísticas existentes; Possíveis impactos socioeconômicos, socioambientais, socioculturais e sociopolíticos.

12. Tomada de imagens 360 graus para uso em óculos 3D, possibilidade para desenvolvimento inicial de um Museu Virtual da RCC, proposta do Prof. Dr. André Bellin Mariano, do Departamento de Engenharia Elétrica. Os 7 municípios foram filmados pela equipe, em seus trechos principais, urbanos e dos principais atrativos naturais, além de tomadas das vias de acesso. Em 23 a 29 de julho de 2023 a UFPR sediou o A 75ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a RCC teve um stand



no evento onde foi possível fazer a apresentação dessas imagens em óculos 3D em cima de uma bicicleta ergométrica, para que a pessoa tivesse a sensação de estar pedalando pela Rota.

13. As ações da RCC foram apresentadas, desde então, em diversas ocasiões auxiliando o amadurecimento da proposta. Em audiência específica sobre o cicloturismo no Paraná, na assembleia legislativa do PR; em algumas audiências do Deputado Estadual Goura (sobre pesca artesanal, barqueiros da baía de Paranaguá, entre outras); para a reitoria da UFPR, entre outras.

- Palestra no Bicicultura de 2023, em Florianópolis/SC.

- Palestra no 3ª Conferência de Cicloturismo do Vale Europeu (ConVALE) em Timbó/SC, em junho 2024.

- Apresentação no 10º Fórum Mundial da Bicicleta (FMB-10), Rosario/Argentina, em setembro de 2021, por Da Ros.

Também significativo frisar que o grupo realizou encontros presenciais periódicos em reuniões de alinhamento, além de reuniões *on line* com experts nacionais com pesquisas de aderência ao tema da RCC. Também, algumas visitas técnicas e saídas de campo do Curso de Gestão de Turismo, participações em capacitações - frutos da Parceria com a Secretaria Estadual de Turismo. Igualmente, candidaturas a alguns editais nacionais para financiamento de infraestruturas faltantes.

No ano 2022 e 23 foi tema de Interação Cultural e Humanística, alternativa pedagógica da UFPR Setor litoral, com duração de 60hs por semestre onde o Prof. Da Ros ministrou para, além dos acadêmicos, outros membros das comunidades.

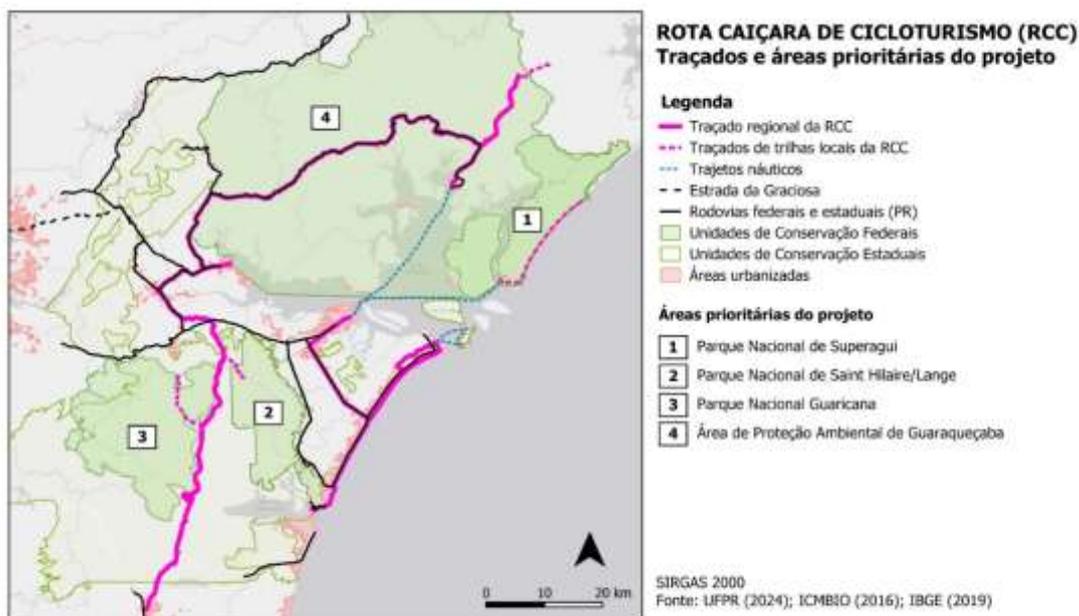
Foi escrita a monografia “Diagnóstico de percursos da Rota Caiçara de Cicloturismo: uma aplicação da NBR 15.509-2 da ABNT” (2017) por Joelma Pereira Filomeno e Milena Silva Figenio do Curso de Graduação em Engenharia Civil do Setor de Tecnologia da Universidade Federal do Paraná, sob a orientação da Profª. Ms. Anelise Schmitz do Departamento de Transportes/UFPR, em maio de 2022.

Parte da equipe, incluindo os autores do presente relato, integram o Grupo de Pesquisa BikeTour Cicloturismo, da Universidade Federal de Santa Catarina, cujo líder é o Prof. Dr. Marcos Bosquetti no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq.

## CONSIDERAÇÕES PARA O MOMENTO

Atualmente a proposta da RCC busca, no campo da conectividade da UCs, maior diálogo com as autarquias de meio ambiente federal e estadual, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o Instituto Água e Terra (IAT) para que, dentro do plano de manejo das UCs, seja possível viabilizar maiores possibilidades para o uso público destas. Dessa forma há formatação de novos trechos que não poderiam ser chancelados, por alguns motivos como a impossibilidade de sinal de celular, trechos muito longos sem pontos de apoio, entre outros problemas que estão sendo sanados para um aproveitamento melhor do circuito, como pode-se observar na figura a seguir com destaque das 4 principais UCs no traçado e deslocamentos nos trechos hidroviários:

Figura 6 – Mapa atualizado com trechos que merecem atenção



Fonte: Luíz Saldanha – Instituto Planett (2024)

Interessante frisar também que como parte do público, inclusive internacional, tem condições de acesso direto do aeroporto ou rodoferroviária de Curitiba o trecho, incluindo a histórica estrada da Graciosa, deve ser sinalizado também. A antiga ferrovia que vai de Curitiba a Antonina, passando por Morretes, pode ter uso também como acesso, tanto de trem histórico, como com iniciativas nos moldes do “Rail to Trail” implantado nos Estados Unidos em antigas estradas de ferro que cruzam o país. Há nesse momento uma ampla discussão sobre a construção de uma nova ferrovia, denominada Ferroeste, para escoamento de grãos ao porto de Paranaguá.

Assim, novas possibilidades estão sendo discutidas e, entre elas, verificou-se que o projeto pode alavancar a economia local, não apenas com o mercado interno, que está próxima da capital, Curitiba, mas de São Paulo e de Santa Catarina como também internacionalmente no publicizado destino Grande Reserva Mata Atlântica.

Encontra-se junto ao segundo maior polo gerador de ecoturismo no Paraná, a Ilha do Mel, um dos 65 destinos indutores do turismo nacional, e região litorânea, o que conta com um coletivo qualificado de instituições, empreendedores e voluntários para ajudar no desenvolvimento de estruturação, equipamentos, produtos serviços turísticos.

A RCC possui a possibilidade de conexão e uso público de 44 unidades de conservação (esferas municipais, estaduais e federais), objetivo descrito nos planos de manejo das mesmas e pode auxiliar em dessazonalizar o turismo da região, que se concentra apenas na temporada de verão e faz com que quem vive do turismo tenha dificuldades nas outras épocas do ano. Pode, da mesma forma, contribuir com a permanência da nova geração em suas comunidades, o fenômeno do êxodo rural, queixa frequente dos locais mais afastados. Além do mais, têm a premissa da ciclomobilidade, transporte ícone no combate ao câmbio climático e sustentabilidade, além de outras políticas públicas essenciais, uma vez que o “destino bom para o turismo é antes bom para quem nele vive”, trazendo a desejável devolutiva e envolvimento da academia com a realidade local, via extensão universitária, associada à pesquisa e ao ensino interdisciplinar. Sublinha-se como importante, a instrumentalizações para muitas



pessoas destes sete municípios que desejem se envolver com o projeto e estabelecer ações contínuas focadas na autonomia e protagonismo do turismo na região.

No manancial de possibilidades para pesquisa vislumbrados, algumas já estão pontuadas, tais como: Plano de desenvolvimento estratégico do Turismo Científico; Painel de experts “Conselho Científico Permanente”, com a desejável convergência de decisões via técnica Delphi; Pesquisa Perfil do cicloturista/do anfitrião; Indicadores para os trechos, NBR 15.509-2 + SWOT (FOFA) + Matriz CDP (condicionantes, potencialidades e deficiências) por município; Pesquisa sobre comunicação, produção de podcasts e demais TICs; Design de produtos e aplicabilidades; Museologia, “Museu Multissediado” e “Virtual”, imagens 360º; Realidade Ampliada em UCs e conectividades via interpretação ambiental; Pesquisas com levantamento/atualização de fauna e flora no traçado; Pesquisa com história oral, para construção da interpretação ambiental e valorização do patrimônio imaterial; além de diversas outras possibilidades, pois trata-se de uma proposta advinda da universidade pública. Qualquer pesquisador, de qualquer área do conhecimento, que deseje fazer extensão e pesquisa pode contribuir com essa proposta pública.

Não obstante imagina-se, neste momento ações pontuais que estão no planejamento da equipe:

- Sensibilização e capacitação dos empreendimentos no traçado;
- Instrumentalização das comunidades em temas como turismo em UCs, valorização da cultura, interpretação ambiental no ecoturismo, hospitalidade, manipulação de alimentos, empreendedorismo, patrimônio regional, Curso de Ciclocondutores;
  - Oficinas de sinalização, no modelo Rede Trilhas, como ferramentas de engajamento e integração social com a UC;
  - Projetos para cicloparagens e museu multissediado e virtual;
  - Ações de promoção do destino Rota Caiçara de Cicloturismo.
- Instalação de sinalização para cicloturismo e sinalização interpretativa com levantamento de fauna e flora no traçado.
  - Fortalecimento do TBC com instrumentalizações específicas fomentando o sentimento de pertencimento em torno do patrimônio natural e cultural
  - Planejamento Participativo, com a pesquisa-ação, para desenvolver a desejável autonomia das comunidades;
  - Mapeamento de interesses, necessidades e preocupações, com mobilização das comunidades (stakeholders) para monitoramento e avaliação contínua;
  - Realização de expedições contínuas, além de visitas técnicas e saídas de campo do Curso de Gestão Turismo, foco regional das ações deste curso superior. Ressalta-se que a visitação mesmo que com fins acadêmicos, já testa continuamente e fornece dados e devolutivas;
  - Criação e captação de possíveis eventos de bicicleta para região;
  - Novos Cursos de Ciclocondutores e Condutores Multimodal;
  - Desenvolver o destino para além do cicloturismo;
  - Fortalecer os vínculos com ICMBio, MMA, MTur, secretarias estaduais e municipais, de turismo, meio ambiente (IAT), agricultura, infraestrutura, saúde e educação, bem como com outras instituições públicas como EMATER e com a iniciativa privada como o Sebrae.

Portanto, para o momento, imagina-se aqui que a Rota Caiçara de Cicloturismo estará sempre sendo aperfeiçoada. Não tendo motivos para fim breve, busca-se a



excelência, quase que utópica, como afirmou Fernando Birri (Galeano, 2015) em seu questionamento, para que serve a utopia?

A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.

Dessa forma, imagina-se muitas possibilidades coletivas de continuidade e ressignificação para esse produto turístico proposto pela Universidade Pública (UFPR), principalmente, na elaboração de atrativos vinculados à produção da ciência *in loco*, como pontuado por Da Ros (2015), sobre o desenvolvimento do ecoturismo de conhecimento, como significativa possibilidade de incremento ao chamado turismo científico.

## REFERÊNCIAS

Augé, M. (1994). *Não-lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade* / Marc Augé, tradução de Maria Lúcia Pereira - Campinas, SP: Papirus.

BBC. (2021). *Aquisição de bicicletas para lazer e turismo*. Aliança Bike. Recuperado de <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56119561>.

Beni, M. C. (2004). *Turismo: da economia de serviços à economia da experiência*. Turismo - Visão e Ação, vol. 6, n. 3, p. 295-305.

Brasil. (2024). *Plano Nacional de Turismo (PNT) 2024-2027*. Recuperado de <https://www.gov.br/turismo/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/PNT/plano-nacional-do-turismo#:~:text=O%20Plano%20Nacional%20de%20Turismo,para%20o%20desdesenvolvime%20do%20setor>.

Brasil. (2024). *REDE TRILHAS*. Recuperado de <https://www.redetrilhas.org.br>

Brasil. (2024). *Plano Nacional de Turismo 2018 - 2022*. Recuperado de [http://antigo.turismo.gov.br/images/pdf/PNT\\_2018-2022.pdf](http://antigo.turismo.gov.br/images/pdf/PNT_2018-2022.pdf)

Brasil (2017). *Norma brasileira ABNT NBR 15509-2 cicloturismo parte 2: classificação de percursos*. Recuperado de <https://observatoriodabicicleta.org.br/uploads/2021/02/NBR15509-2NormaCicloturismoABNT.pdf>

Carminatti, F. (2023). *Rota Caiçara de Cicloturismo – relatório técnico*. Relatório final de licença capacitação.

Chemin, M. (2013). *Mapa com localização dos municípios do litoral do Paraná*. Recuperado de [https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Localizacao-das-cidades-do-litoral-paranaense\\_fig1\\_271239232](https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Localizacao-das-cidades-do-litoral-paranaense_fig1_271239232).



Da Ros, J. P. e Cruz, W. F. O. (2011). *Memórias do lugar: o turismo na Ilha do Campeche*. Revista Psicologia & Sociedade. Publicação de: Associação Brasileira de Psicologia Social. Versão on-line ISSN: 1807-0310. Recuperado de <https://www.scielo.br/journal/psoc/about/#about>.

Da Ros, J. P. (2014). *Interpretação Ambiental e ecoturismo de base local - A valorização do patrimônio nas memórias do Delta do Parnaíba*. Revista Turismo Estudos e Práticas – RTEP (ISSN 2316-1493), Volume 13: Número Especial. Recuperado de <https://geplat.com/rtep/index.php/tourism/article/view/45>.

Da Ros, J.P. (2015). *Sustentabilidade em áreas protegidas brasileiras: a universidade pública e o ecoturismo de conhecimento*. Revista de Ciências HUMANAS, Florianópolis, v. 49, n. 1, p. 94-109. Recuperado de <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/2178-4582.2015v49n1p94/29608>

Dionne, H. (2007). *A Pesquisa-Ação para o Desenvolvimento Local*. Tradução: Michel Thiollent. Brasília: Liber Livro Editora.

Dubois, A. J. (2017). *Opportunities and Barriers for Innovative Cycling Planning in Small Cities*. Actes de Colloque Interuniversitaire Urbain. Montreal, p. 16-18.

European Cyclists' Federation (ECF). (2024). *Benefícios do ciclismo: descobrindo o potencial para a Europa*. Recuperado de <https://ecf.com/>

Fórum Mobtur. (2024). *Realização do fórum Mobtur*. Recuperado de <https://www.gov.br/turismo/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/forum-mob-tur>.

Freitas, L. B. A., LIMA, J. F. (2021). *Centrality and development in the Differentiated Mesoregion of Ribeira Valley/Guaraqueçaba*. Mercator, v. 20, p. e20030.

Freitas, L.B.A., Da Ros, J. P., Belotto, J. C. A. (no prelo). *Rota Caiçara de Cicloturismo e a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*.

Galeano, E. (2015). *Las palabras andantes*. Siglo XXI editores, SBN: 978-987-629-563-5. Colección: biblioteca Eduardo Galeano. Argentina. Recuperado de [https://sigloxxieditores.com.ar/libro/las-palabras-andantes/?srsltid=AfmBOoquKpH9xUb5wa2jlOHsNpm6VVV0Jf6\\_2SHYESHYEcOUQkJcNMKV](https://sigloxxieditores.com.ar/libro/las-palabras-andantes/?srsltid=AfmBOoquKpH9xUb5wa2jlOHsNpm6VVV0Jf6_2SHYESHYEcOUQkJcNMKV).

Google Maps (2024). Recuperado de <https://www.google.com.br/maps/@-25.5577908,-48.8174022,9.48z/data=!4m2!6m1!1s1hkk0unQOdLwIMixzcGtTe6noH7KT8s?entent=ttu>.

Grande Reserva Mata Atlântica. (2024). Recuperado de <https://grandereservamataatlantica.com.br/>.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2020). *Sidra: Banco de Tabelas Estatísticas*. Recuperado de <https://sidra.ibge.gov.br/home/pms/brasil>.



Ipardes. (2019). *IDH dos municípios paranaenses*. Recuperado de [https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos\\_restritos/files/documento/2019-09/SOCIAIS\\_idh\\_municipios\\_pr.pdf](https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2019-09/SOCIAIS_idh_municipios_pr.pdf).

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2018). *Agenda 2030: ODS – Metas Nacionais do Desenvolvimento Sustentável*. Brasil: Ministério do planejamento, desenvolvimento e gestão.

ISNART. (2024). *4º Relatório sobre Cicloturismo na Itália*. Recuperado de <https://www.isnart.it/news/viaggiare-con-la-bici-2>

INPRO (2020). *Incubadora de Projetos Organizacionais e do Trabalho*. Boletim n.01 – Trabalho Formal e Informal no Litoral Paranaense. Recuperado de <https://inpro.ufpr.br/portal/publicacoes/>.

Legambiente. (2024). *4º Relatório sobre Cicloturismo na Itália*. Recuperado de <https://www.legambiente.it/comunicati-stampa/cicloturismo-in-italia-i-dati-del-nuovo-rapporto>.

*Lei n.º 9.985, de 18 de julho de 2000*. (2000). SNUC. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Recuperado de <https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/politicas/snuc.html>.

*Lei n. 13.005/14, de 18 de dezembro de 2018*. (2018). Resolução n.07 do Conselho Nacional de Educação (CNE), que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei n. 13.005/14. Recuperado de [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm#:~:text=9.7\)%20executar%20a%20C3%A7%C3%B5es%20de%20atendimento,nacionais%20em%20regime%20de%20colabora%C3%A7%C3%A3o](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm#:~:text=9.7)%20executar%20a%20C3%A7%C3%B5es%20de%20atendimento,nacionais%20em%20regime%20de%20colabora%C3%A7%C3%A3o).

Marmo, A. (2024). *Cicloturismo, um negócio cheio de oportunidades*. Recuperado de <https://aliancabike.org.br/cicloturismo-um-negocio-cheio-de-oportunidades/>.

Nakamori, S., Belotto, J. C. A., Oliveira, A. G. (2016). *Diretrizes para elaboração de política pública de ciclomobilidade: experiências do programa Ciclovida UFPR*. Curitiba: PROEC/UFPR.

Oantagonista. (2024). *Uso de bicicletas em Paris ultrapassa uso de carros*. Recuperado de [https://oantagonista.com.br/mundo/uso-de-bicicletas-em-paris-ultrapassa-uso-de-carros/#google\\_vignette](https://oantagonista.com.br/mundo/uso-de-bicicletas-em-paris-ultrapassa-uso-de-carros/#google_vignette).

ONU. (2018). Organização das Nações Unidas. *Agenda 2030: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Nova York: ONU. Recuperado de <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/sustainable-development-goals.html>.

Saldanha, L. (2019). *O cicloturista brasileiro 2018: Uma análise socioeconômica de diferentes perfis de viajantes por bicicleta no Brasil*. Núcleo de Planejamento Estratégico de Transportes e Turismo – PLANETT PET/COPPE/UFRJ.



Souza, F. M. *Marketing para o turismo de base comunitária: o caso da Rede Anfitriões do litoral do Paraná*, 2020. Recuperado de <<https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/handle/1884/71634>>.

Thiollent, M. (2011). *Metodologia da Pesquisa-Ação*. 18ª ed. São Paulo: Corte.

Thiollent, M. (1987). *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. 5ª ed. São Paulo: Polis.

Tv Trapiche. (2021). *Expedição Rota Caiçara de Cicloturismo*. Recuperado de <https://drive.google.com/file/d/1QYsnX5ZsEbAY6Hpt20UMd6hvgIG10Mce/view>.

UFPR. (2023a). *Relatório do Programa de Extensão Ciclovida – Fase I e II*. Coordenador: José Carlos Assunção Belotto. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. Programa de extensão da PROEC. Recuperado de: <https://siga.ufpr.br/portal/>

UFPR. (2023b). *Relatório do Projeto de Extensão Rota Caiçara de Cicloturismo*. Coordenador: José Pedro Da Ros. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. Projeto de extensão da PROEC. Recuperado de: <https://siga.ufpr.br/portal/>

Velo-Quebec. (2015). *Cycling in Quebec 2015*. Velo-Quebec Association. Recuperado de [http://www.velo.qc.ca/files/file/expertise/VQ\\_Cycling2015.pdf](http://www.velo.qc.ca/files/file/expertise/VQ_Cycling2015.pdf)>.

VRS. Programa Vocações Regionais Sustentáveis. (2023) *Mata Atlântica Saberes, origens e Sustentabilidade*. INVEST PARANÁ. Disponível em: <https://vrs.org.br/wpcontent/uploads/2023/10>

Yazigi, E (org.). (1999). *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. 2.ed. São Paulo: Hucitec,1999. 241p. Vol. 21 no. 3.

## Cronologia do Processo Editorial

*Editorial Process Chronology*

Recebido em: 11/08/2024

Aprovado em: 28/08/2024

Received in: August 11, 2024

Approved in: August 28, 2024